

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

**Concurso Público**  
**Nível Superior**

**Caderno: SN**

Aplicação: 6/8/2006

**CARGO 14:**

**ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO**  
**ESPECIALIDADE: LETRAS**

**MANHÃ**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SN — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006).
- II 9 e 10/8/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006), mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006).

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006](http://www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### O mercado da privacidade

1 Entre outros absurdos da vida norte-americana, importamos a delação premiada, que ameniza a pena, em troca do pecado. Ao incentivar a delação, estimulam-se  
4 falsos testemunhos contra pessoas inocentes e se acatam denúncias caluniosas a serviço da inveja e da vingança. Alega-se o presumido benefício maior, na proteção da  
7 sociedade contra o crime, mas o efeito real é o de transformar os delatores em trapos — se ainda não os são — e, em muitos casos, causar a morte moral de pessoas  
10 honradas.

Sendo, como é, uma aventura da matéria, a vida dos homens só se justifica como o pleno exercício de ser.  
13 Liberdade é o direito natural que temos de fazer tudo o que desejarmos, desde que, nesse livre-arbítrio, não causemos danos aos outros. Na síntese política de um mestiço, o  
16 mexicano Benito Juarez, o direito alheio é a paz.

A liberdade reclama também aquilo a que hoje chamamos privacidade. Todos nós temos direito a espaços  
19 invioláveis aos olhos e aos ouvidos alheios. Seja pelo pudor, por timidez, pelo prazer ou pela conveniência, a nossa vida pessoal deve ser resguardada. Ela é a extensão social de  
22 nosso corpo, de nossa alma, com sua única transcendental realidade. Ao incentivar a delação e ao fazer dos registros oficiais um bem de mercado, o Estado deixa de ser o  
25 guardião da liberdade.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 11/6/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A idéia defendida nesse texto é a de que o Estado, ao estimular a delação premiada, transforma a privacidade em bem de mercado e deixa de ser guardião da liberdade.
- 2 Depreende-se do texto que a delação premiada, cujo fundamento advém do direito dos Estados Unidos, contempla o exercício do livre-arbítrio — direito natural de se fazer tudo que se deseja —, mas fere direito alheio.
- 3 A oração “que ameniza a pena, em troca do pecado” (l.2-3) poderia, com igual correção, estar expressa com a seguinte estrutura: onde, em troca do pecado, ameniza-se a pena.
- 4 Por comporem oração com sujeito indeterminado, as formas verbais “estimulam-se” (l.3) e “se acatam” (l.4) poderiam estar, conforme faculta a norma gramatical, flexionadas no singular, tal como ocorre com “Alega-se” (l.6).
- 5 Na linha 8, a oração entre travessões poderia, com correção gramatical e de forma mais enfática, assim ser expressa: se caso ainda não os sejam.
- 6 Mantém o sentido original do texto a seguinte reescrita do período “Sendo, como é, (...) exercício de ser” (l.11-12): Somente se a vida dos homens for uma aventura da matéria é que ela poderia justificar o pleno exercício de ser.
- 7 O trecho “não causemos danos aos outros” (l.14-15) poderia ser corretamente substituído por: não provoquemos prejuízo às outras pessoas.

### Privatização da liberdade

1 Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida ao denunciar o limite da liberdade na modernidade capitalista: pode-se  
4 tudo (embora a maioria não possa quase nada), exceto imaginar um mundo melhor que este em que vivemos. Quando muito, fica-se no conserto da casa, a reforma do telhado, a pintura das paredes, sem que se questionem a  
7 própria arquitetura da casa e, muito menos, o modo de convivência dos que a habitam.

Os mais progressistas até admitem que, na reforma,  
10 o quarto de empregada seja deslocado do exterior para o interior da casa. Até aqui o limite da lógica capitalista. Além disso, suprime-se a liberdade de quem ousa propor que não  
13 haja quarto de empregada nem empregada.

Segundo Pierre Bourdieu, uns olham a sociedade com olhos cínicos e outros, com olhos clínicos. Os primeiros  
16 julgam inquestionável o atual modelo de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza e dele procuram tirar proveito, considerando justo o que reforça seus privilégios e  
19 injusto o que os ameaça. Os “clínicos” enxergam um palmo abaixo do chão em que pisamos e reconhecem as intrincadas relações sociais que produzem, à superfície, tamanha  
22 desigualdade entre os 6,5 bilhões de habitantes desta nave espacial chamada Terra.

Frei Betto. *In: Caros Amigos*, abril/2006, p. 8 (com adaptações).

Com relação à compreensão e interpretação do texto acima, bem como a aspectos morfosintáticos, julgue os seguintes itens.

- 8 A expressão “põe o dedo na ferida” (l.1) tem sentido conotativo (figurado).
- 9 O trecho “sem que se questionem” (l.6) é equivalente tanto a **não se questionando** quanto a **não sendo questionado**.
- 10 Pelos sentidos construídos no texto, questionar “o modo de convivência” (l.7-8) dos que habitam uma casa corresponde a questionar o modelo atual de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza.
- 11 De acordo com o texto, a apropriação privada da riqueza resulta na privatização da liberdade, o que significa liberdade limitada concedida aos cidadãos.
- 12 O segundo parágrafo, de forma figurada, trata de inclusão social em uma visão reformista e progressista do Estado.
- 13 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “haja” (l.13) pela forma **existam**.
- 14 No trecho “considerando justo o que reforça seus privilégios” (l.18), o segmento sublinhado corresponde a **o modelo que**.
- 15 De acordo com o trecho final do texto, as emaranhadas relações sociais são responsáveis pela imensa desigualdade entre os habitantes do planeta.

## O *juridiquês* e outras falas

1 Tem razão o prof. Tércio Sampaio Ferraz, da  
Faculdade de Direito da USP, quando distingue entre o  
alambicado e o técnico. Se associações de juizes vêm  
4 criticando, com bons fundamentos, os abusos do *juridiquês*  
— linguagem rebuscada utilizada por muitos advogados e  
membros do Judiciário —, é necessário preservar termos  
7 técnicos não só do Direito, mas de outras áreas do  
conhecimento que fazem todo o sentido na comunicação  
entre especialistas. Linguagem rebuscada não é privilégio  
10 dos bacharéis, mas estes esmeram-se na exibição de floreios,  
enquanto outros profissionais optam mais pela linguagem  
técnica. Mas a linguagem técnica tem limites quando  
13 utilizada na comunicação com os leigos.

De onde viria a concentração do rebuscamento no  
mundo dos bacharéis? Alberto Venâncio Filho, autor do livro  
16 **Das arcadas aos bacharéis: 150 anos de ensino jurídico  
no Brasil**, faz alusão à influência da Universidade de  
Coimbra, transmitida de geração a geração, assim como à  
19 fala prolixa de Rui Barbosa. Com todo o respeito a esse  
ícone do universo jurídico, lembro-me de um exemplo que  
corrobora a referência feita pelo acadêmico Venâncio. Em  
22 certa ocasião, deparei-me com um advogado lendo um  
alentado volume de Rui, sobre as virtudes e males de  
diferentes regimes políticos. Como eu lhe perguntasse se  
25 tinha interesse especial no assunto, respondeu-me que nem  
tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar  
o estilo.

28 Em matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em  
2005, o presidente do STJ, Edson Vidigal, afirma com muita  
propriedade que o *juridiquês* “é como latim em missa:  
31 acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o  
fiel; do mesmo modo [isso ocorre] entre o cidadão e a lei”.  
Que outro propósito, consciente ou inconsciente, teriam  
34 as ilegíveis receitas de alguns médicos que o cidadão,  
convertido em analfabeto, entrega à decifração dos  
atendentes de farmácias?

Boris Fausto. **Memória e história**. São Paulo: Graal, 2005. p. 119-21 (com adaptações).

Com relação à compreensão e à interpretação do texto acima bem  
como a aspectos morfossintáticos, julgue os próximos itens.

- 16 O autor do texto julga que a linguagem utilizada pelos  
bacharéis de direito deve-se mais à influência do estilo de  
escrita de Rui Barbosa na linguagem forense do que à  
remanescente influência da Universidade de Coimbra na  
formação desses profissionais.
- 17 O exemplo apresentado no segundo parágrafo do texto é  
insuficiente para inferir-se que os juristas não se interessam  
por conhecimentos da ciência política.
- 18 Sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do  
texto, a oração “que fazem todo o sentido na comunicação  
entre especialistas” (l.8-9) poderia ocupar, desde que  
precedida de vírgula, a posição após a expressão “termos  
técnicos” (l.6-7).
- 19 O segmento “optam mais pela linguagem técnica” (l.11-12)  
poderia ser corretamente substituído por: preferem mais a  
linguagem técnica.

20 São distintos os sentidos dos segmentos “entrega à  
decifração dos atendentes de farmácias” (l.35-36) e **entrega  
a decifração aos atendentes de farmácias**.

21 Com base na comparação apresentada no último parágrafo  
do texto, é correto concluir que o “*juridiquês*” prejudica o  
exercício pleno da cidadania.

1 Em matéria na **Folha de S.Paulo**, o ministro do  
STF Carlos Veloso fala dos erros mais freqüentes de  
advogados quando se manifestam em latim, sem nada  
4 conhecerem do vetusto idioma. Lembro-me, a respeito, de  
duas histórias. Uma, verdadeira, de um advogado que, ao ser  
informado pelo juiz de que uma audiência fora adiada sem  
7 previsão de nova data, pede uma confirmação, expressando-  
se em “anglo-latim”: “Meritíssimo, então a audiência foi  
adiada *saine dai (sine die)*? A segunda história, quem sabe  
10 verdadeira, fala de um juiz que, ao despachar uma petição,  
pergunta ao advogado se está no prazo de três dias, fixado  
para determinados atos processuais. À pergunta “o senhor  
13 está no tríduo?”, segue-se a educada resposta: “Obrigado,  
meritíssimo, já almocei (estou nutrido), mas aceito um  
cafezinho.”

16 Por outro lado, a fala popular, expressa no âmbito  
forense, tem particular interesse, tanto do ponto de vista  
sociológico quanto lingüístico. A inventiva de expressões  
19 aparentemente incorretas, mas que fazem sentido —  
“o ladrão se escondeu num terreno vadio” ou “quem não  
deve não treme” — é um objeto atraente. Também as  
narrativas que envolvem atitudes perante “os que mandam”  
22 são um campo fértil. Em condições restritas, em regra,  
intimidatórias, os réus têm a possibilidade de se manifestar  
ao serem interrogados. Muitas vezes, fogem ao discurso  
25 ensaiado com os advogados, para argüirem legítima defesa  
ou circunstâncias atenuantes, preferindo “contar os fatos  
como eles se passaram”, mesmo com o risco de sofrerem  
28 uma condenação.

Por aí se vê que o mundo jurídico, tão formal,  
31 inclui, ao mesmo tempo, vozes incontroláveis.

*Idem, ibidem.*

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 22 Segundo o autor do texto, as frases da fala popular por ele  
mencionadas, mesmo não correspondendo às de uso mais  
corrente, são coerentes.
- 23 A expressão “vetusto idioma” (l.4) tem o mesmo significado  
de **rebuscada língua**.
- 24 No trecho “ao ser informado pelo juiz de que uma audiência  
fora adiada” (l.5-6), a supressão da preposição “de”  
acarretaria erro gramatical.
- 25 Caso um chefe de departamento do serviço público  
resolverse recomendar aos funcionários o emprego da  
linguagem simples, sem floreios, o expediente de  
comunicação oficial mais adequado e ágil para tal seria o  
parecer técnico acompanhado da exposição de motivos.

**Texto para os itens de 26 a 34**

**Somos eternos severinos**

O nordestino morre mais cedo, passa menos tempo na escola e recebe um salário menor que o da média nacional. Apesar de todas as estratégias e modelos tentados, a região, 50 anos depois de **Morte e Vida Severina**, ainda apresenta indicadores inferiores aos nacionais. Isso não significa um quadro de estagnação. A média de crescimento tem se mantido acima do restante do Brasil, mas há um enorme fosso a ser ultrapassado. “Não houve queda sensível na disparidade de renda”, afirma Alexandre Rands Barros, da Datamétrica, empresa de consultoria sediada no Recife.

Correio Braziliense, Caderno Pensar, 24/6/ 2006, p. 3 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes às disparidades regionais brasileiras.

- 26 Apesar de o crescimento econômico relativo ser superior à média nacional, a região nordestina brasileira não alcança um padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.
- 27 A distribuição da riqueza no Nordeste brasileiro, equilibrada nos tempos coloniais, sofreu modificações apenas nas últimas décadas.
- 28 **Morte e Vida Severina**, auto de natal escrito por João Cabral de Melo Neto há cerca de cinco décadas, expressa a dura saga do retirante nordestino.
- 29 O retirante do sertão nordestino, ao migrar para as capitais da região, encontra condições sociais favoráveis, nos dias atuais, para seu pleno desenvolvimento.
- 30 O fenômeno migratório, em todo o mundo, deve-se mais à deterioração da qualidade de vida das populações em seus *habitat* naturais do que às reais possibilidades de melhorar a vida na nova região que abriga o migrante.

Ainda a partir do texto, e a propósito da relevância da obra **Morte e Vida Severina** para a literatura nacional, julgue os itens seguintes.

- 31 **Morte e Vida Severina** ainda é um texto forte em parte porque o que nele se denuncia permanece sendo real, apesar do esforço de superação da miséria tanto no Nordeste quanto em várias partes do território nacional.
- 32 A vontade da denúncia e o realismo das agruras do retirante eliminam a beleza estética e o valor literário de **Morte e Vida Severina** em favor do engajamento político-social.
- 33 A transposição dessa obra para o teatro, o cinema e a televisão permitiu ampliar o debate em torno do subdesenvolvimento nacional e da condição humana das populações miseráveis do Brasil.
- 34 O tema da miséria, tratado literariamente na obra, é exclusivo da realidade social do Brasil e do seu entorno geográfico.

O final de 2005 e os primeiros meses de 2006 foram marcados, na América Latina, por relevantes processos eleitorais que levaram ao poder, em alguns países, presidentes com idéias políticas um pouco diferenciadas em relação ao ideário político que predominou na região na década passada. A propósito dessas eleições e seus impactos, julgue os itens subseqüentes.

- 35 A eleição do boliviano Evo Morales se deu com a manutenção das políticas econômicas do consenso de Washington.
- 36 No México, a eleição de Felipe Calderón por ampla maioria de votos, sem contestação e sem desafio de nenhum outro candidato, demonstrou a força do nacionalismo antiamericano no seio da sociedade mexicana.
- 37 No Chile, a chegada de Michelle Bachelet ao poder demonstra que houve, no Cone Sul, uma opção política de ruptura completa com o liberalismo econômico.
- 38 A eleição de Alan Garcia, no Peru, significou, em alguma medida, a contenção da influência que o presidente Chávez, da Venezuela, tentou impor aos peruanos.
- 39 A diplomacia brasileira, ante a delicadeza das eleições em vários países da região, vem mantendo certa distância e evitando interferência nesses processos eleitorais.

As rebeliões em presídios paulistas, conduzidas recentemente por grupos criminosos organizados, despertaram a sociedade brasileira, que ficou atônita ante as limitações do sistema de proteção e segurança dos seus cidadãos. A propósito desses aspectos, julgue os próximos itens.

- 40 A vida nas grandes cidades, inspiradoras de sonhos dos que deixaram o campo nas últimas décadas de urbanização desenfreada no Brasil, deteriora-se de forma crescente no que concerne à segurança das pessoas.
- 41 A segurança cidadã, embora um item cada vez mais presente nas agendas políticas de candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo, não mereceu ainda um tratamento profissional e eficaz no combate à violência urbana no Brasil.
- 42 Acompanhando a experiência internacional, a ótica da força pela força e da via única da violência de Estado deve ser a única política pública brasileira de combate aos referidos grupos.
- 43 Mesmo com uma boa base de pessoal envolvido e até mesmo com uma remuneração adequada para as hierarquias mais elevadas das corporações, a segurança pública no Brasil não vem conseguindo realizar sua tarefa fundamental de proteção do cidadão de bem.

### Texto I – para os itens de 44 a 55

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não ambos. É usual denotar uma proposição com letras maiúsculas: A, B, C. Simbolicamente,  $A \wedge B$ ,  $A \vee B$  e  $\neg A$  representam proposições compostas cujas leituras são: A e B, A ou B e não A. A proposição  $A \rightarrow B$  tem várias formas de leitura: A implica B, se A então B, A somente se B, A é condição suficiente para B, B é condição necessária para A etc. Desde que as proposições A e B possam ser avaliadas como V ou F, então a proposição  $A \wedge B$  é V se A e B forem ambas V, caso contrário, é F; a proposição  $A \vee B$  é F quando A e B são ambas F, caso contrário, é V; a proposição  $A \rightarrow B$  é F quando A é V e B é F, caso contrário, é V; e, finalmente, a proposição  $\neg A$  é V quando A é F, e é F quando A é V.

Uma argumentação é uma seqüência finita de  $k$  proposições (que podem estar enumeradas) em que as  $(k - 1)$  primeiras proposições ou são premissas (hipóteses) ou são colocadas na argumentação por alguma regra de dedução. A  $k$ -ésima proposição é a conclusão da argumentação.

Sendo P, Q e R proposições, considere como regras de dedução as seguintes: se P e  $P \rightarrow Q$  estão presentes em uma argumentação, então Q pode ser colocada na argumentação; se  $P \rightarrow Q$  e  $Q \rightarrow R$  estão presentes em uma argumentação, então  $P \rightarrow R$  pode ser colocada na argumentação; se  $P \wedge Q$  está presente em uma argumentação, então tanto P quanto Q podem ser colocadas na argumentação.

Dois proposições são equivalentes quando tiverem as mesmas avaliações V ou F. Portanto, sempre podem ser colocadas em uma argumentação como uma forma de “reescrever” alguma proposição já presente na argumentação. São equivalentes, por exemplo, as proposições  $A \rightarrow B$ ,  $\neg B \rightarrow \neg A$  e  $\neg A \vee B$ . Uma argumentação é válida sempre que, a partir das premissas que são avaliadas como V, obtém-se (pelo uso das regras de dedução ou por equivalência) uma conclusão que é também avaliada como V.

Com base nas informações do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 44 É correto afirmar que, simbolizada adequadamente, a argumentação abaixo é válida.
1. Se um casal é feliz, então os parceiros têm objetivos comuns.
  2. Se os parceiros têm objetivos comuns, então trabalham no mesmo Ministério Público.
  3. Há rompimento se o casal é infeliz.
  4. Há rompimento se os parceiros não trabalham no mesmo Ministério Público.
- 45 A seqüência de proposições abaixo não é uma argumentação válida.
1. Se Filomena levou a escultura ou Silva mentiu, então um crime foi cometido.
  2. Silva não estava em casa.
  3. Se um crime foi cometido, então Silva estava em casa.
  4. Filomena não levou a escultura.

46 A proposição P: “Ser honesto é condição necessária para um cidadão ser admitido no serviço público” é corretamente simbolizada na forma  $A \rightarrow B$ , em que A representa “ser honesto” e B representa “para um cidadão ser admitido no serviço público”.

47 Não é possível avaliar como V a proposição  $(A \rightarrow B) \wedge A \wedge (C \vee \neg A \vee \neg C)$ .

48 Considere o seguinte texto: “Se há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los, então dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Conclui-se então que há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los”. Nesse caso, o texto expressa uma argumentação que não é válida.

49 Considere que em uma argumentação uma premissa seja “Se um número  $x$  é divisível por 6 então  $x$  é divisível por 3”. Se a conclusão da argumentação for “Se um número  $x$  é divisível por 6, então a soma de seus algarismos é divisível por 3”, é correto afirmar que a proposição “Se  $x$  é divisível por 3, então a soma de seus algarismos é divisível por 3” tem de ser outra premissa dessa argumentação.

50 Considere uma argumentação em que as duas proposições simbólicas abaixo são premissas, isto é, têm avaliação V.

1.  $(A \wedge \neg B) \rightarrow C$
2.  $\neg C$

Neste caso, se a conclusão for a proposição  $(\neg A \vee B)$ , tem-se uma argumentação válida.

### Texto II – para os itens de 51 a 55

Proposições também são definidas por predicados que dependem de variáveis e, nesse caso, avaliar uma proposição como V ou F vai depender do conjunto onde essas variáveis assumem valores. Por exemplo, a proposição “Todos os advogados são homens”, que pode ser simbolizada por  $(\forall x)(A(x) \rightarrow H(x))$ , em que  $A(x)$  representa “ $x$  é advogado” e  $H(x)$  representa “ $x$  é homem”, será V se  $x$  pertencer a um conjunto de pessoas que torne a implicação V; caso contrário, será F. Para expressar simbolicamente a proposição “Algum advogado é homem”, escreve-se  $(\exists x)(A(x) \wedge H(x))$ . Nesse caso, considerando que  $x$  pertença ao conjunto de todas as pessoas do mundo, essa proposição é V.

Na tabela abaixo, em que A e B simbolizam predicados, estão simbolizadas algumas formas de proposições.

proposição	forma simbólica
todo A é B	$(\forall x)(A(x) \rightarrow B(x))$
nenhum A é B	$\neg (\exists x)(A(x) \wedge B(x))$

A partir das informações dos textos I e II, julgue os itens subseqüentes.

51 A proposição “Nenhum pavão é misterioso” está corretamente simbolizada por  $\neg (\exists x)(P(x) \wedge M(x))$ , se P(x) representa “ $x$  é um pavão” e M(x) representa “ $x$  é misterioso”.

52 Considerando que  $(\forall x)A(x)$  e  $(\exists x)A(x)$  são proposições, é correto afirmar que a proposição  $(\forall x)A(x) \rightarrow (\exists x)A(x)$  é avaliada como V em qualquer conjunto em que  $x$  assumia valores.

- 53** Considere que as proposições “Todo advogado sabe lógica” e “Todo funcionário do fórum é advogado” são premissas de uma argumentação cuja conclusão é “Todo funcionário do fórum sabe lógica”. Então essa argumentação é válida.
- 54** Considere uma argumentação em que duas premissas são da forma
1. Nenhum A é B.
  2. Todo C é A.
- e a conclusão é da forma “Nenhum C é B”. Essa argumentação não pode ser considerada válida.
- 55** A proposição  $(\forall x) ((x > 0) \rightarrow (x + 2) \text{ é par})$  é V se  $x$  é um número inteiro.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56** Em um lote de 20 processos, há 3 processos cujos pareceres estão errados. Aleatoriamente, um após o outro, 3 processos foram retirados desse lote. Nesse caso, a probabilidade de que os 3 processos retirados não estejam com os pareceres errados é superior a 0,6.
- 57** Uma concessionária oferece aos clientes as seguintes opções para a aquisição de um veículo: 4 cores externas, 4 cores internas, 4 ou 5 marchas, com ou sem ar condicionado, com ou sem direção hidráulica, com ou sem vidros e travas elétricas. Desse modo, são, no máximo, 128 as opções distintas para a escolha de um veículo.
- 58** Os ramais de telefone em uma repartição têm 4 dígitos, formatados com os algarismos 0, 1, ..., 9. Se esses números possuem pelo menos um dígito repetido, então a quantidade de números de ramais que é possível formar é superior a 4.000.
- 59** Um juiz deve sortear 5 homens e 6 mulheres para formar o corpo de jurados no tribunal do júri, entre 10 homens e 13 mulheres convocados. Nessa situação, o número de possibilidades diferentes de se formar o corpo de jurados é inferior a 1.970.
- 60** Uma empresa possui 13 postos de trabalho para técnicos em contabilidade, 10 para técnicos em sistemas operacionais e 12 para técnicos em eletrônica. Alguns técnicos ocupam mais de um posto de trabalho, isto é, 4 são técnicos em contabilidade e em sistemas operacionais, 5 são técnicos em sistemas operacionais e em eletrônica e 3 possuem todas as três especialidades. Nessas condições, se há 22 técnicos nessa empresa, então 7 deles são técnicos em contabilidade e em eletrônica.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Texto III – para os itens de 61 a 75

#### A intervenção da prática (*law in action*) no domínio da teoria

1 Passemos da frase aos fatos: do Rio Grande do Sul  
2 ao Rio Grande do Norte, investigações ministeriais  
3 autônomas (sem quebra dos princípios do contraditório e da  
4 ampla defesa, pois estes postulados não se irradiam sobre  
5 procedimentos de cunho meramente informativo), mas com  
6 observância da *cláusula de reserva de jurisdição*, lograram  
7 desvendar, pela vez primeira, elevadíssimos índices de  
8 corrupção administrativa, pondo a nu, e.g., a  
9 (i)responsabilidade de centenas de prefeitos rotineiramente  
10 infieis ao princípio da probidade administrativa.

11 De igual modo, o combate à evasão de divisas e à  
12 sonegação fiscal, imprescindível à higidez financeira do  
13 Estado, só se tornou *sistemático* a partir do momento em que  
14 o Ministério Público passou a exercitar plenamente e com  
15 total independência (mas sem exclusivismos) a atribuição  
16 investigativa que lhe é inata.

17 Vê-se, pois, sem muita dificuldade, que retirar do  
18 Ministério Público atribuição para realizar *investigações*  
19 *criminais autônomas*, sob o insustentável argumento de que  
20 tal tarefa constitui monopólio das polícias judiciárias  
21 (ou, o que é ainda mais excêntrico, mediante o raciocínio de  
22 que todos podem investigar, menos o Ministério Público),  
23 poderá importar em um perigoso *recuo do Estado*, cujo  
24 enfraquecimento muito contribuirá para estabilizar e  
25 solidificar estruturas criminosas, que passarão  
26 progressivamente a representar “um genuíno fator de poder”,  
27 sem que tal movimento de regresso ao passado importe em  
28 introdução ou *input* de qualquer novel garantia para os  
29 investigados. Mais grave, implicará não apenas em um  
30 retrocesso, mas, sem “catastrofismo”, atrairá um caos  
31 auto-esterilizador. O sentido que se quer comunicar funda-se  
32 na percepção de que o organismo social ver-se-á privado da  
33 frutuosa atuação de uma instituição — a experiência  
34 empírica tem revelado — essencial para a *redução dos níveis*  
*indesejáveis de impunidade que assolam o sistema de*  
*justiça*.

Guilherme Costa Câmara. A investigação criminal desenvolvida  
pelo ministério público e o problema das “cifras negras”.  
Internet: <www.sisnet.aduanairas.com.br> (com adaptações).

Com base nos sentidos do texto III e utilizando-se das noções de retórica e teoria da argumentação, julgue os itens a seguir.

- 61 O discurso do texto caracteriza-se como um discurso-segundo, que faz referência a um discurso-primeiro, anterior, que se presume favorável a excluir do Ministério Público a realização plena e autônoma de investigações criminais.
- 62 Foram empregados no texto, em sustentação à tese defendida, a argumentação pelo exemplo e o desenvolvimento do raciocínio pelo método da exclusão.
- 63 Negar um argumento é uma forma de desqualificá-lo. Esse recurso foi aplicado em “estes postulados não se irradiam sobre procedimentos de cunho meramente informativo” (ℓ.4-5).
- 64 Estão presentes no texto expressões que marcam a parcialidade do autor diante do assunto tratado. São exemplos: “insustentável argumento” (ℓ.19); “o que é ainda mais excêntrico” (ℓ.21); “perigoso *recuo do Estado*” (ℓ.23).
- 65 Nas linhas de 23 a 33, ao empregar verbos no futuro e substantivos adjetivados para criar um possível cenário futuro, o autor recorre ao raciocínio tautológico.

Julgue os itens a seguir, no tocante aos sentidos, às estruturas lingüísticas e aos elementos gramaticais do texto III.

- 66 A expressão **do Oiapoque ao Chuí** poderia figurar no lugar de “do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte” (ℓ.1-2), sem prejuízo do sentido geral do texto.
- 67 Nas duas ocorrências do conectivo “pois” (ℓ.4 e 17), identifica-se o mesmo valor explicativo.
- 68 Em “estes postulados não se irradiam” (ℓ.4), “a partir do momento em que” (ℓ.13) e “sob o insustentável argumento de que” (ℓ.19), a supressão dos vocábulos sublinhados não prejudica os sentidos do texto nem a correção gramatical.
- 69 A inserção de prefixo entre parênteses na palavra “(i)responsabilidade” (ℓ.9) permite a leitura do substantivo também na versão negativa.
- 70 O vocábulo “higidez” (ℓ.12), empregado no texto em sentido denotativo, é formado de *higi-* + *-dez*, significando **bom estado de saúde**.
- 71 Nas linhas 11 e 12, as crases obedecem aos mesmos requisitos morfossintáticos: preposição a requerida por verbo transitivo indireto + artigo definido a requerido por substantivo feminino.

### Texto IV – para os itens de 72 a 78

No **Dicionário de Usos do Português do Brasil**, de Francisco S. Borba (São Paulo: Ática, 2002), constam as seguintes informações em dois verbetes.

**Importar** V \* [ **A ç ã o - p r o c e s s o** ]  
\*[**Ação. Pronominal**] [+ **-Compl: com + nome**  
**ou em + oração**] 2 fazer caso, dar importância;  
levar em consideração [**Compl: (em + nome**  
**abstrato ou oração)**] 4 implicar; pressupor

**Implicar** V \* [**Ação-processo**] [**Compl 1: nome. Compl 2:**  
**em + nome abstrato**] 1 comprometer; envolver  
\* [**Ação**] [+ **-Compl: com + nome**] 2 agir com  
antipatia ou impaciência  
\* [**Estado**] [**Compl: (em + nome abstrato ou**  
**oração)**] 3 ter como implicação; pressupor;  
abrançar 4 ter como consequência; ser causa

Utilizando as informações dos textos III e IV e o conhecimento sobre o emprego das preposições, julgue os itens subseqüentes.

- 72 Preservando-se o sentido do texto III, uma opção gramaticalmente correta para a frase “poderá importar em um perigoso *recuo do Estado*” (ℓ.23) é: poderá importar num perigoso *recuo do Estado*.
- 73 No texto III, mantém-se a correção gramatical da frase: “poderá importar em um perigoso *recuo do Estado*” (ℓ.23), mesmo se for suprimida a preposição “em”.
- 74 Pela análise dos verbetes do texto IV, conclui-se que os verbos em tela podem ser intercambiáveis, conforme o sentido que assumam na estrutura lingüística. Assim, são intercambiáveis, no texto III, **importar** (ℓ.27) e **implicar** (ℓ.29), mas não se pode trocar a forma verbal “importar” (ℓ.23) por **implicar**.
- 75 Por envolver a noção de [Ação], a forma verbal “implicará” (ℓ.29) admite também a regência transitiva indireta com o emprego da preposição **com**, sem alteração do sentido original do texto III.

Ainda com base nos verbetes citados no texto IV, julgue os próximos itens.

- 76 Os verbetes citados abonam os empregos do verbo **importar** nas construções: 1) Cartas de amor, ainda as escrevem os que não se importam em serem chamados de românticos. 2) Toda coisa nova importa em resistência.
- 77 Segundo o dicionário mencionado, a regência de **implicar** está construída corretamente com ou sem a preposição **em** no período: As investigações precedentes do Ministério Público implicaram (em) legitimidade social e constitucional à instituição.
- 78 Nos versos da música **Rapaz Caipira**, de Renato Teixeira, “Qui m’importa, / qui m’importa / O seu preconceito qui m’importa”, o verbo **importar** tem como objeto direto o termo “O seu preconceito”.

#### Texto V – para os itens de 79 a 88

1 A decisão de construir, no centro geográfico do estado, uma nova cidade, planejada, moderna, para sede do governo estadual, foi pensada e repensada, após profundas  
4 análises, não somente por mim, mas, também, pelos integrantes da Assembléia Legislativa e pelos meus auxiliares, após ouvidos técnicos nacionais e internacionais.  
7 Palmas emergiu do bom senso, do equilíbrio e é fruto dos anseios, dos ideais e das esperanças do povo tocantinense. Palmas deu ao Tocantins, de forma robusta e de indescritível  
10 beleza, a sua identidade definitiva.

Palmas, hoje, dada a sua irreversibilidade, é o ponto de convergência e o pólo irradiador de progresso, que integra  
13 todos os municípios e regiões do estado, resgatando todas as imensas dívidas dos governos passados com o nosso povo. De fato, com a construção de Palmas e a organização das  
16 diversas comunidades do estado, dentro da filosofia de integração e desenvolvimento harmonioso, o primeiro governo do Tocantins deu extraordinária e grandiosa  
19 contribuição para a eliminação definitiva das disparidades regionais e das desigualdades sociais.

José Wilson Siqueira Campos. Mensagem à Assembléia Legislativa do Tocantins. Internet: <www.campusvirtual.br> (com adaptações).

À luz das noções que cercam o discurso parlamentar e tomando como referência o segmento de discurso do texto V, julgue os itens seguintes.

- 79 No segmento acima, a busca da persuasão assenta-se no recurso argumentativo de intercalar os argumentos discordantes (do Outro) com reafirmações laudatórias (do Eu) à cidade de Palmas.
- 80 Identifica-se no primeiro parágrafo do texto um dos recursos recorrentes no discurso político — apresentação das postulações do Eu como se fossem postulações do povo.
- 81 O trecho em questão, em que se lastima a irreversibilidade do progresso da cidade de Palmas, caracteriza-se como elegíaco.
- 82 Peça integrante do gênero oratório, o discurso parlamentar admite estruturação em: exórdio, afirmação, desenvolvimento, peroração.
- 83 Alguns recursos textuais, tais como repetição, prolixidade, emprego de chavões, analogias improcidentes, raciocínios sofismáticos, que seriam considerados vícios de linguagem em outros gêneros, no retórico não o são.

Atentando para os elementos lingüísticos e gramaticais do texto V, julgue os itens que se seguem.

- 84 No primeiro parágrafo do texto, identifica-se agente da passiva composto de três núcleos.
- 85 Substituindo-se “técnicos” (l.6) por **autoridades**, a frase correta é: após ouvidas autoridades nacionais e internacionais.
- 86 São exemplos de pares opositivos da mesma natureza que “emergiu” (l.7) e **imergiu**: enfarte e infarto; equidade e equidade, eminente e iminente.
- 87 Segundo as regras de concordância, são estruturas gramaticalmente corretas: Palmas, hoje, dado seu desenvolvimento...; Palmas, hoje, dadas suas atrações e seus avanços....
- 88 O acento gráfico da palavra “pólo” (l.12) justifica-se pelas mesmas razões gráficas da acentuação das palavras: **pêlos**, **pêras**, **pôde**.

1 Nunca atravessei o mar  
Neruda  
mas já atravessei o rio  
4 Tocantins.

Ali, quando criança, exercitei meus sonhos.

Invente a guerra  
7 naufraguei navios  
disparei torpedos  
contra os inimigos  
10 que assustavam  
o peixe do meu anzol.

Zeca Tocantins. **Travessia**. Internet:  
<www.zecatocantins.jupiter.com.br>.

Com base no poema acima e considerando as noções a respeito de lirismo e linguagem poética, julgue os itens subseqüentes.

- 89 Depreende-se do poema que Zeca Tocantins não conhece o mar.
- 90 No poema, o eu-lírico relembra cenas da infância à beira do rio Tocantins, quando pescava e imaginava batalhas marinhas.
- 91 A terceira estrofe constitui um desenvolvimento do verso 5, por meio do detalhamento, da enumeração, da pormenorização das ações contidas no trecho “exercitei meus sonhos”.
- 92 Na estrutura sintática do poema, predominam orações coordenadas.
- 93 As orações dos versos 6, 7 e 8 obedecem ao mesmo esquema morfossintático: verbo transitivo com sujeito oculto + substantivo com função de objeto direto.
- 94 Para se tornarem homogêneos na métrica, os versos 6, 7 e 8 devem ser lidos com licença poética, exigindo-se, no verso 7, diérese (expansão do verso); e, no verso 8, sinalefa (contração do verso).
- 95 Se a última estrofe for transformada em texto em prosa, o emprego de vírgula após “guerra”, “navios” e “inimigos” atenderá às normas de pontuação recomendadas pela gramática.

**Texto VI – para os itens de 96 a 106**

1 É que Juscelino Kubitschek descobriu, talvez por  
inspiração de Mário de Andrade, o escritor e poeta paulista,  
que amar não é verbo intransitivo, mas é transitivo direto.  
4 E, no poder, descobriu, de pronto, que governar é também  
verbo transitivo direto, isto é, “o que exprime ação que passa  
ou transita do sujeito a um objeto direto”. E não fez outra  
7 coisa senão isso — amando ou governando. Diria mesmo  
que amar e governar fundiram-se em um só verbo, ao menos  
tão entrosados e íntimos que nunca soube governar sem amar  
10 ou amar o Brasil prescindindo da noção de governo. (...) E  
por assim entender as sutilezas do bem — único objetivo  
de sua vida — é que, no exílio, em modesto quarto de hotel  
13 em Nova Iorque ou Lisboa, chorou amando o Brasil com a  
mesma brasilidade emotiva que o levou a amar chorando  
Brasília redescoberta e consolidada, anos depois de passar a  
16 faixa presidencial.

Teotônio Vilela. Trecho de discurso proferido no Senado, em 26/9/1976,  
em homenagem a Juscelino Kubitschek, morto quatro dias antes.

Considerando as idéias do texto VI e as noções que cercam o  
discurso parlamentar, julgue os seguintes itens.

- 96 A referência a autores renomados, por conferir elegância à peça oratória, é requisito obrigatório do discurso parlamentar.
- 97 O livro **Amar, Verbo Intransitivo** encerra uma severa crítica à hipocrisia da sociedade paulista burguesa. Portanto, a referência a essa obra, em um discurso formal, constitui uma inadequação aos aspectos intrínsecos e extrínsecos do discurso parlamentar.
- 98 Infere-se das últimas linhas do texto que Juscelino Kubitschek redescobriu a brasilidade, no ato de construir uma nova capital e consolidá-la anos depois.
- 99 Para além da informação gramatical de que “governar é também verbo transitivo direto” (l.4-5), depreende-se do texto que JK governou de modo a fazer do povo o beneficiário direto das ações de seu governo.
- 100 Além da função referencial (porque o texto veicula informação), está presente no trecho de discurso a função emotiva, nas expressões e palavras de pesar pela morte de JK.

Com base na estruturação lingüística e gramatical do texto VI, julgue os itens que se seguem.

- 101 Em “E não fez outra coisa senão isso” (l.6-7), a palavra sublinhada tem o mesmo valor semântico de **a não ser** ou de **que não fosse**.
- 102 Reescreve-se o segmento “prescindindo da noção de governo” (l.10), sem alterar o sentido, desta maneira: requerendo a noção de governo.
- 103 O duplo travessão em “— único objetivo de sua vida —” (l.11-12) poderia, sem prejuízo da gramaticalidade e do sentido original do texto, ser substituído por parênteses.
- 104 Em: “Não raro a mulher governa o marido” (Michaelis), o verbo **governar** está empregado como transitivo direto, com o sentido de **dirigir as ações de; dominar**.
- 105 A expressão “é que” (l.12) aparece com o mesmo sentido na seguinte frase: Eu é que pago.
- 106 O emprego do gerúndio, em “chorou amando o Brasil” (l.13) e em “amar chorando Brasília” (l.14-15), exprime a simultaneidade de **amar e chorar**.

1 Os Eminentíssimos Ministros respondem ao futuro do país como raramente o Excelso tem respondido, em magnitude de conseqüências, à História.

4 Os Ministros — plagiando Rui — julgam, e as próximas gerações, com a luneta do Direito Comparado, os julgarão se, no firmamento jurídico do planeta, nossa  
7 decadente estrela judicial apagar-se ainda mais no fundo de singular buraco escuro.

Renato Guimarães Jr. Dever do MP – Investigar é função pétrea universal do promotor público. In: Revista Consultor Jurídico, 3/8/2004, Internet: <www.conjur.estadao.com.br>.

Julgue os próximos itens, referentes às idéias e estruturas do texto acima.

- 107 No primeiro parágrafo, o objeto indireto de “tem respondido” é o mesmo de “respondem”, qual seja: “ao futuro do país”.
- 108 O segundo parágrafo se desenvolve em plano metafórico, no qual se prevê que o brilho da Justiça será apagado no futuro.
- 109 Depreendem-se dois campos semânticos no segundo parágrafo: o do firmamento e o do Poder Judiciário.
- 110 No texto, muitas iniciais maiúsculas foram empregadas como recurso estilístico, ou seja, não há norma que proíba tal emprego.
- 111 Em “os julgarão” (l.6), preferindo-se a mesóclise, obtém-se a forma **judgá-los-ão**. Embora gramaticalmente correta, essa forma tem ficado restrita aos níveis de linguagem mais formais e a alguns registros escritos do idioma.



Angeli. Chiclete com banana. Correio Braziliense, Caderno C, 24/7/2006, p. 4.

Julgue os itens a seguir, relativos à tira apresentada acima.

- 112 Reproduz-se, na tira, uma das formas de preconceito social presentes na atualidade.
- 113 O cartunista Angeli disse em uma entrevista: “Quando eu construo um personagem, o nome já diz tudo que ele é. A primeira tira já leva o leitor ao ponto central do personagem...”. Essa afirmação se aplica com propriedade e coerência à tira em apreço.
- 114 “Rusga” e “Rabujo” possuem um núcleo semântico comum, construído em torno do sentido “pessoas que reclamam contra tudo, estão sempre insatisfeitas, são rusquentas, ranzinzas, ranhetas”.
- 115 O diálogo entre o Sr. Rusga e o Dr. Rabujo começa com a defesa de atitudes intolerantes e termina com a postulação de atitude conciliatória.

Acerca da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), julgue os itens a seguir.

- 116 De acordo com o princípio da indivisibilidade, os membros do MPE/TO constituem um conjunto indivisível; conseqüentemente, o ato praticado por um de seus membros, no exercício de suas funções, é praticado em nome de toda a instituição.
- 117 A estrutura orgânica do MPE/TO compreende os órgãos de administração superior e órgãos de execução. Os órgãos auxiliares, por serem vinculados ao Poder Executivo estadual, não integram o MPE/TO.
- 118 Nos primeiros dois anos de exercício do cargo, a conduta e o trabalho de membro do MPE/TO são avaliados em estágio probatório. Cumpridos os trâmites legais pertinentes, o membro do MPE/TO pode ser exonerado por ato do procurador-geral de justiça, após decisão desfavorável ao vitaliciamento proferida pelo Conselho Superior.
- 119 As hipóteses de impedimento que regulam a atuação dos órgãos jurisdicionais não vigoram para o promotor de justiça, podendo os membros do MPE/TO servir conjuntamente com juiz ou escrivão com os quais tenham relação de parentesco, como, por exemplo, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- 120 Se, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do MPE/TO, a autoridade policial, civil ou militar, pode prosseguir em sigilo com as diligências até a conclusão do procedimento investigatório, quando, então, deve proceder a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça.